

## **Governo, políticas públicas e os desafios para a agroecologia – a experiência da secretaria de estado de desenvolvimento agrário de Minas Gerais (seda-mg)**

Marcela Menezes Costa<sup>1</sup>; Viete Passos Freitas<sup>2</sup>;

1 Marcela Menezes Costa, Pós Graduação em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, IFMG Campus Ribeirão das Neves, Ribeirão das Neves - MG; menezesmarcela21@gmail.com

2 Viete Passos Freitas, Mestrado em Desenvolvimento Territorial da América Latina, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Ribeirão das Neves – MG; vietepassos@gmail.com

### **RESUMO**

Durante o período de 2015 a 2018 o estado de Minas Gerais foi governado por Fernando Pimentel (PT). Foi criada neste período a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA-MG), que se propôs a adotar a agroecologia como objeto de políticas públicas para o desenvolvimento agrário. A partir dos conceitos de governo, políticas públicas e agroecologia, analisou-se a experiência da SEDA-MG durante o mandato de Pimentel à frente do governo do estado, apresentando a experiência de ex-servidores da pasta e documentos produzidos pela gestão pública acerca da Secretaria, com o objetivo de compreender, a partir de uma experiência prática, as potencialidades e os desafios entre governo, políticas públicas e a implementação de experiências agroecológicas. A agroecologia provocou inovações no setor público, assim como disputas políticas, metodológicas, conceituais e financeiro-orçamentárias que, acredita-se, se deram por conta do modelo vigente de desenvolvimento para o estado de Minas Gerais (o agronegócio). Essas disputas estiveram no campo da convivência e não da ruptura, mas apresentaram conquistas que demonstram o potencial da pauta da agroecologia, quando implementada por meio de políticas públicas, em democratizar o Estado e a própria sociedade. Ressalta-se que a consolidação da agroecologia (assim como qualquer outra pauta) na agenda governamental só é possível com prioridade política, que é traduzida pela priorização de investimento de recursos públicos. A partir da análise da SEDA-MG, e de suas ações, é possível identificar a abertura de um campo a ser pesquisado, para compreender se, ao término da próxima gestão estadual, a agroecologia permanece na agenda governamental e em que medida as ações implementadas na gestão 2015-2018 se consolidaram como política pública. De todo modo, em um contexto de crise, em que a desconstrução do Estado e das políticas públicas de maneira geral vem sendo justificada, fortalecer políticas públicas para a agroecologia se faz de muita importância, por seu potencial de distribuir renda aliado à promoção do equilíbrio ecológico e ambiental.

**Palavras-Chave:** agroecologia; políticas públicas; governo; desenvolvimento agrário;

### **INTRODUÇÃO:**

Em 2015 iniciou-se, em Minas Gerais, a gestão do governador Fernando Pimentel, que se apresentou ao estado a partir de princípios chamados democráticos-populares, apoiado por parcela expressiva de movimentos sociais, do campo e da cidade, e centrais sindicais<sup>1</sup>. Movimentos sociais do campo, em sua diversidade, se organizaram de forma a apresentar demandas ao governo para o desenvolvimento agrário: reforma agrária, agroecologia, sucessão rural, recuperação ambiental, soberania alimentar, igualdade de gênero, entre outras bandeiras históricas reprimidas no estado e no Brasil.

Uma pauta concreta apresentada e acolhida pelo governo Fernando Pimentel, aprovada pela Assembleia Legislativa em reforma administrativa no início do governo, foi a criação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA-MG). É justamente a experiência da SEDA-MG que será descrita nesse artigo, buscando compreender, a partir de uma experiência prática, as potencialidades e os desafios entre governo, políticas públicas e a implementação de experiências agroecológicas.

---

<sup>1</sup> “Fernando Pimentel assina carta de compromisso com a CUT”. Disponível em: <https://www. hojeemdia.com.br/primeiro-plano/pol%C3%ADtica/fernando-pimentel-assina-carta-de-compromisso-com-a-cut-1.259065>. Acesso: 08/07/2019.

De maneira geral, o termo política (em português e em outras línguas latinas) assume dois sentidos distintos que, na língua inglesa, por exemplo, são denominados de forma diferentes: *politics* e *policy*. O sentido da política pública se relaciona à *policy*, ou seja, a um conjunto de decisões e ações concretas ou de proposições e concretizações de ideias (RUA, 1998 in LIMA, 2012). As políticas públicas, portanto, são compreendidas como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos (LYNN, 1980 in SOUZA, 2006) ou como o que o governo escolhe fazer ou não fazer (DYE, 1984 in SOUZA, 2006). O governo, por sua vez, é entendido como “o conjunto de indivíduos que ocupam, na cúpula do Estado, posições de decisão administrativa e política e que orientam os rumos da sociedade” (RODRIGUES, 2010 in SILVA et al, 2017).

Conceito importante para a discussão a ser realizada neste trabalho, ainda, é o de agroecologia. Há vários trabalhos que discorrem sobre a caracterização da agroecologia; porém, o conceito utilizado durante a gestão Fernando Pimentel em Minas Gerais, e neste trabalho, tratou-se do estabelecido pela Lei nº 21.146, de 14/01/2014, a saber:

campo do conhecimento transdisciplinar que estuda os agroecossistemas, visando ao desenvolvimento das relações entre capacidade produtiva, equilíbrio ecológico, eficiência econômica, equidade social e uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, por meio da articulação entre conhecimento técnico-científico, práticas sociais diversas e saberes e culturas populares e tradicionais.

A agroecologia, neste sentido, contribui para a democratização da sociedade, no sentido de propor a inclusão social, de forma equânime, aliada à preservação dos recursos naturais e ao equilíbrio ecológico. Por outro lado, um modelo de desenvolvimento pautado exclusiva ou majoritariamente pelo agronegócio, contribui para a concentração da terra e de recursos, de forma geral, assim como a degradação ambiental que prejudica toda a sociedade. É sabido que existem argumentos que embasam o modelo pautado no agronegócio, vigente atualmente no estado de Minas Gerais e no Brasil; porém, é importante considerar que a agroecologia se coloca como alternativa de modelo de desenvolvimento, e, além disso, se propõe a superar os efeitos colaterais do agronegócio à natureza, à economia e à sociedade. Justamente nesse sentido, a agroecologia precisa ser considerada como uma possibilidade de investimento governamental.

Importa destacar que, em um contexto nacional, a criação da SEDA-MG se dá em um momento de amplo debate da agroecologia na esfera das políticas públicas, principalmente a partir dos avanços consolidados pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e pelo Programa Nacional de Aquisição de Alimentos. Havia uma significativa mobilização das bases sociais que defendia a importância do lançamento do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos e uma apreensão com o cenário complexo das três principais pastas governamentais envolvidas com a pauta: nomeação da Kátia Abreu (então do PMDB-TO e ícone do agronegócio) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Helder Barbalho (então do PMDB-PA) para o Ministério da Pesca e Aquicultura e Patrus Ananias (PT-MG) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nos anos subsequentes à sua criação, tendo ainda como referência a conjuntura nacional, a SEDA-MG é atingida pelas derivações do golpe político-institucional no plano federal, tendo repasses de verbas comprometidos e a ruptura da relação política institucional.

O presente artigo é escrito por pesquisadores que tiveram a oportunidade de compor o quadro administrativo da SEDA-MG e, a partir da experiência de trabalho na gestão desta Secretaria, discutem empiricamente a aplicação e inter-relação dos conceitos governo, políticas públicas e agroecologia.

Sendo a agroecologia, ainda hoje, residual na agenda dos governos brasileiros, este trabalho pode contribuir justamente para a reflexão sobre este tema enquanto objeto de políticas públicas. Acredita-se, aqui, na agroecologia como um caminho para o Estado se propor à superação do status quo de desigualdades, depredação do meio ambiente e miséria no país.

## **METODOLOGIA:**

A experiência diz respeito ao funcionamento da SEDA-MG, no período de 2015-2018, e a sua relação com a promoção da agroecologia, a partir da perspectiva dos ex-servidores da pasta que assinam este texto. As informações são apresentadas conforme observações e vivências na rotina de trabalho, participação em planejamentos, execuções e monitoramentos de projetos e processos, além da consideração de documentos produzidos neste contexto. Por fim, são utilizados conceitos constantes na literatura, que são importantes à compreensão da experiência aqui relatada, como o conceito de política pública e de agroecologia.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Descrevendo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA-MG) a partir de sua estrutura organizacional e também das suas ações efetivadas (ou seja, políticas públicas), será possível identificar avanços e gargalos para a agroecologia na agenda governamental.

Em relação à estrutura organizacional, a SEDA-MG priorizou duas grandes pastas, sendo elas o Acesso à Terra (SAT) e a Agricultura Familiar (SAF). A SAT abrigou competências relacionadas ao levantamento de informações geográficas, arrecadação, titulação e destinação de terras. A SAF, por sua vez, se ocupou da estruturação da agricultura familiar (infraestruturas como agroindústrias, barragens, etc.), apoio e fomento à produção sustentável e à comercialização e, ainda, de assuntos relacionados à segurança alimentar e nutricional sustentável.

Além dessas estruturas, os órgãos colegiados se configuraram como instâncias que contribuíram fundamentalmente para definir política e conceitualmente os projetos, assim como para garantir sua execução. Esses espaços contaram com a participação efetiva de representações dos movimentos sociais, de organizações não governamentais do campo e da cidade, de agricultores e agricultoras familiares, de povos e comunidades tradicionais, de instituições de ensino, pesquisa e extensão (especialmente os Núcleos de Estudos em Agroecologia - NEAs) e de instituições públicas diversas. A construção participativa intensa contribuiu tanto para o planejamento das ações da SEDA-MG quanto para a crítica e o apontamento das limitações dessa estrutura governamental.

No aspecto das definições da organização, um recuo a ser destacado da SEDA-MG na implementação da agroecologia enquanto política pública, foi não incluir em sua missão organizacional a transição agroecológica. Embora tenha se comprometido formalmente pelo desenvolvimento rural sustentável, pelas reduções das desigualdades no campo, pelo fomento à agricultura familiar e pela promoção da segurança alimentar e nutricional, a agroecologia não apareceu explicitamente na missão da SEDA-MG<sup>2</sup>.

Em relação à execução de políticas e projetos, no entanto, foram realizadas quatro chamadas públicas ainda no primeiro ano de exercício da Secretaria (2015), em que os objetos atendidos tiveram relação com o fomento à produção e agroindústrias familiares; à implantação de sistemas agroflorestais para recuperação de áreas degradadas; ao manejo sustentável das frutas do cerrado mineiro; e à transferência de tecnologia de melhoramento genético para gado de leite; todos esses objetos que contribuem para o fortalecimento da agroecologia. Ainda, para ampliação do diálogo na estrutura pública, foram promovidas discussões e realizados momentos participativos e interinstitucionais em torno da ampliação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) agroecológica, da criação de condições para a sucessão rural, do lançamento de editais de apoio aos Núcleos de Estudo em Agroecologia (NEAs) - experiência exitosa até então fomentada exclusivamente pelo governo federal, da criação de condições legais para a recuperação ambiental por meio de Sistemas Agroflorestais (SAFs), da utilização da agroecologia como ferramenta de ensino e como técnica de produção de alimentos nas escolas estaduais, entre outras propostas. Foi criado, ainda, o relevante grupo de trabalho intersetorial para a elaboração do plano de ações para reduzir, de forma gradual e contínua, o uso de agrotóxicos e, ao mesmo tempo, incentivar a produção de alimentos orgânicos e a alimentação saudável. Este plano foi elaborado (PLANERA 2018-2022) e publicado em 2018.

Durante a gestão, foram várias as experiências e iniciativas importantes inauguradas no âmbito do Estado, com a SEDA-MG, para a agroecologia. Foram reconhecidos mais de 1.100 hectares de terras rurais devolutas como território de quilombolas no Alto Jequitinhonha, ação pioneira do Estado. Foi regulamentada a Política de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), e também impulsionada a atuação da Fundação Palmares no estado na certificação de comunidades quilombolas.

---

<sup>2</sup> Missão da Secretaria: “Promover o desenvolvimento rural sustentável de Minas Gerais, por meio da democratização do acesso à terra, da inclusão e dinamização produtiva da agricultura familiar e da promoção à segurança alimentar e nutricional”. Disponível: <http://agrario.mg.gov.br/missao-e-valores-da-instituicao/>. Acesso: 28/05/2019.



Foto: Assessoria de Comunicação SEDA-MG. Quatorze comunidades rurais receberam o Certificado de Quilombolas, em ação de parceria da Fundação Palmares, SEDA, Federação dos Quilombolas de Minas Gerais (N'golo) e Coquival (Comissão das Comunidades Quilombolas do Médio Jequitinhonha); agosto de 2016.

No âmbito da comercialização, foi criado e iniciado o Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Termo de Adesão Estadual, o que garantiu investimentos da ordem de R\$ 6,5 milhões na produção de 1500 agricultores rurais de 53 municípios do semiárido mineiro. Ainda, as mulheres do campo conquistaram visibilidade e espaço na agenda governamental, a partir da criação de uma Coordenadoria específica na SEDA-MG e do Grupo Temático de Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, no âmbito do CEDRAF-MG. Com isso, foi realizada a 1ª Feira Estadual das Mulheres do Campo e elaborado um diagnóstico, em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP), da vida das mulheres do campo, resultando inclusive em um livro publicado, visibilizando a centralidade da mulher para a agroecologia e para o desenvolvimento agrário.



Foto: Assessoria de Comunicação SEDA-MG. Lançamento do livro *Mulheres do Campo de Minas Gerais: Trajetórias de vida, de luta e de trabalho com a terra*, junho de 2018

Foi ampliado o número de agricultores atendidos e agricultoras atendidas no Programa Garantia Safra, passando de 45.223 para 50.526 segurados e seguradas; realizou-se o Circuito Alimentação, que desenvolveu oficinas de mobilização e sensibilização de gestores públicos, entidades da sociedade civil, agricultores familiares e suas organizações (cooperativas e associações) quanto à segurança e soberania alimentar, a agroecologia e o acesso ao mercado institucional e, também, retomado o programa estadual

de regularização fundiária rural, com a entrega de 3.200 títulos de propriedade a agricultores e agricultoras familiares.

Embora todas essas medidas, faz-se necessário refletir se essas ações se configuram, de fato, políticas públicas de Estado ou se representaram ações governamentais que podem perder sua continuidade em caso de troca de gestão (que, de fato, aconteceu nas eleições em 2018). As chamadas públicas realizadas, grupos de trabalho, espaços de diálogos, parcerias realizadas ou mesmo investimentos ampliados em determinadas ações são decisões governamentais que podem ser facilmente desconstruídas a depender do governo em questão. Tal aspecto não diminui a importância de tais medidas, porém compromete uma proposta de desenvolvimento agrário que, necessariamente, é de longo prazo. Por outro lado, a aprovação de legislações e planos que contribuem com a agroecologia, como foi o caso do PLANERA 2018-2022, podem ser a garantia da elaboração e execução de um conjunto de medidas ao longo de governos, a depender do acompanhamento da sociedade civil e outros atores de interesse, se constituindo como uma política pública mais estável.

Quanto aos desafios enfrentados pela SEDA-MG, pode-se citar o fato de que os servidores de carreira, por exemplo, não tinham ainda conhecimento e acúmulo significativo sobre agroecologia, que é, de certa forma, uma pauta nova; assim como os sistemas e o *modus operandi* das execuções governamentais não estavam preparados para operacionalizar políticas para essa área. Por exemplo, embora tenha sido criada uma Diretoria de Apoio à Agroecologia, Produção Orgânica e Agricultura Urbana na SEDA-MG, inicialmente a compreensão era de que o desenvolvimento agrário dizia respeito somente ao ambiente rural e que, portanto, não haveria possibilidade técnica e jurídica para ações voltadas à agricultura urbana. Ainda, foi necessária a realização de debates internos em torno da produção de arte e artesanato como uma possibilidade para o desenvolvimento da agroecologia, porque setores técnicos acreditavam, num primeiro momento, que a agroecologia dizia respeito somente à produção de alimentos. Esse fato demonstra a importância de criação de uma política de gestão de pessoas direcionada à formação de pessoal, para que as ações governamentais pudessem se desenvolver.

Essa experiência expôs ainda aspectos que, acredita-se, também sejam comuns a outros setores da administração pública: o Estado ainda é muito lento e fechado às inovações em políticas públicas, e também às possibilidades de ações participativas realizadas em conjunto com setores da sociedade civil - o que é intrinsecamente necessário às políticas públicas para a agroecologia, conforme conceito já exposto que a compreende como movimento e construção coletiva. Ainda, é sabido que existe uma razão importante de ser para a burocracia; porém, por vezes ela repercute em um engessamento que impede a própria execução de políticas públicas e o atendimento das necessidades da população, a ponto do poder público ser questionado pelos cidadãos, a todo o tempo, quanto à sua legitimidade - o que aconteceu com a SEDA-MG. Para além das disputas conceituais, foi evidente a questão política relacionada à priorização da pauta da agroecologia por parte do governo estadual, ou a falta dela<sup>3</sup>. Isso reforça que, para além dos aspectos técnicos, faz-se essencial prioridade política, dos governos e também da sociedade, para que as políticas públicas saiam do papel.

Toda essa discussão, em relação ao engessamento e despreparo do Estado em lidar com determinadas agendas, revela a importância da inclusão da pauta da agroecologia nas agendas governamentais. O atraso e o conservadorismo, na forma e no conteúdo, atualmente vigentes na administração pública repercutem na efetividade das ações governamentais para a construção de uma sociedade melhor para as pessoas e para o meio ambiente. Algumas "inaugurações", como as mencionadas, são essenciais para que o Estado se democratize tanto em suas estruturas representativas quanto com relação às políticas públicas, e a agroecologia, ao que pareceu na experiência da SEDA-MG, contribui para esse processo. A existência da pauta da agroecologia na SEDA-MG contribuiu, ainda, para um aprendizado organizacional e político na estrutura do estado de Minas Gerais.

Ressalta-se que o movimento agroecológico de Minas Gerais, em toda a sua diversidade, manteve um posicionamento ativo durante a gestão de Fernando Pimentel, quanto às exigências feitas às estruturas governamentais, apresentando demandas há muitos anos ignoradas pelo poder público, alcançando alguns avanços e denunciando a lentidão, ou paralisia, quanto a muitas dessas demandas. Isso demonstra a importância da participação contínua e intensa da sociedade civil nos processos relacionados às políticas públicas, desde a sua elaboração à avaliação.

---

<sup>3</sup> O planejamento orçamentário demonstra claramente a desigualdade na destinação de recursos para ambas as pastas, chegando o recurso para os programas da SEAPA, sem contar com o orçamento das instituições vinculadas a esta secretaria, ser o dobro dos recursos destinados aos programas da SEDA, na revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental, revisão 2018 - último ano do governo Pimentel.

## CONCLUSÕES:

Essa discussão demonstra a potencialidade de uma pasta específica para o desenvolvimento agrário, com perspectiva agroecológica, no desenvolvimento de políticas públicas que promovam a agroecologia e o potencial dessas na superação das amarras e prejuízos do modelo atualmente hegemônico de desenvolvimento. Por outro lado, é essencial transformar essas potencialidades em políticas públicas estruturadas, para efetivar a consolidação da agroecologia na agenda governamental, e isso só é possível com prioridade política.

Prioridade política, essa, expressa no dispêndio de energia para, principalmente, a superação dos desafios financeiros e orçamentários que são e estão impostos na conjuntura do Estado. É preciso que a intenção de se pautar a Agroecologia seja materializada em disponibilidade de recursos para o atendimento de demandas pautadas pela sua base social historicamente negligenciada que defende, e pode provar, que a agroecologia é um caminho para a superação da pobreza, para a garantia de soberania alimentar e autonomia cultural das populações e para a convivência harmoniosa com o ambiente. Seriam superados, assim, os debates meramente formulativos e seria garantida a efetivação de ações de infraestrutura, fomento, acesso à terra e reconhecimento de saberes dos povos e comunidades que desenvolvem a agroecologia.

Embora tenha conquistado espaço, a agroecologia caminhou pouco na sua consolidação como modelo de desenvolvimento e o agronegócio seguiu sendo hegemônico, até porque essas disputas políticas se deram no sentido da convivência entre agroecologia e agronegócio e não no sentido de ruptura com o agronegócio. Essa constatação pode ser visivelmente percebida na disponibilização de recursos orçamentários e financeiros para ambos os modelos.

Por fim, em 2019, no estado de Minas Gerais, inicia-se uma nova gestão governamental que se declara abertamente contrária às ações de desconcentração de recursos (como a terra), distribuição de renda e ao diálogo com os agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, ou seja, contrária ao diálogo com os principais interessados em uma política de desenvolvimento agrário pautada pela agroecologia. Nesse contexto, abre-se um campo a ser pesquisado para compreender se, ao término da gestão estadual 2019-2022, as ações que promovem a agroecologia enquanto política pública permaneceram, foram fortalecidas ou desconstruídas, e em que medida o novo cenário que se desenhará contribui para o desenvolvimento agrário, com perspectiva agroecológica, em Minas Gerais.

De todo modo, em um contexto de crise, em que a desconstrução do Estado e das políticas públicas de maneira geral vem sendo justificada, fortalecer políticas públicas para a agroecologia se faz de muita importância, por seu potencial de distribuir renda aliado à promoção do equilíbrio ecológico e ambiental, ou seja, por seu potencial de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

**Estado apresenta balanço de ações de Desenvolvimento Agrário realizadas desde 2015.** Secretaria De Estado De Desenvolvimento Agrário De Minas Gerais. Disponível em: <<http://agrario.mg.gov.br/estado-apresenta-balanco-de-acoes-de-desenvolvimento-agrario-realizadas-desde-2015/>>. Acesso: 25/06/2019.

**Fernando Pimentel assina carta de compromisso com a CUT.** Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/pol%C3%ADtica/fernando-pimentel-assina-carta-de-compromisso-com-a-cut-1.259065>>. Acesso: 08/07/2019.

MINAS GERAIS. LEI Nº 21.146, DE 14 DE JANEIRO DE 2014. **Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - Peapo – e dá outras providências.** Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-21146-2014-minas-gerais-institui-a-politica-estadual-de-agroecologia-e-producao-organica-peapo-e-da-outras-providencias>>. Acesso: 09/07/2019.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais. Disponível em: <<http://agrario.mg.gov.br/>>. Acesso: 25/06/2019.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Plano Plurianual de Ação Governamental 2016-2019. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br>>. Acesso: 24/06/2019.

SILVA, Allan G. F. da, et al. **A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan.-abr. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/72132>>. Acesso: 08/07/2019.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologia, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso: 08/07/2019.

### **Participação em Congressos, publicações e/ou pedidos de proteção intelectual:**

O projeto foi apresentado, em outro formato, ao XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, Aracaju, 2019.